



**FATORES DETERMINANTES NA GESTÃO
DE ORGANIZAÇÕES COLETIVAS DE
CATADORES DA REGIÃO
METROPOLITANA DE BELÉM**

**Determining Factors in the Management of Waste
Pickers' Collective Organizations in the Belém
Metropolitan Area**

**Factores Determinantes en la Gestión de las
Colectivas Organizaciones de Colectores de Materia-
les Reciclables del la Región Metropolitana de Belém**

Ana Lígia Pires (UNAMA)*

José Otávio Pires (PPAD/UNAMA)**

Marco Aurélio Arbage Lobo (PPDMAU/UNAMA)***

*Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano pela Uni-
versidade da Amazônia (UNAMA)

Endereço: Av. Alcindo Cacela, 287, CEP: 66060-902, Umarizal,
Belém/PA

Email: analigiapires@gmail.com

** Doutor em Planejamento Urbano e Regional pela Cornell Univer-
sity, Docente do Programa de Pós-Graduação em Administração da
Universidade da Amazônia (PPAD/UNAMA)

Endereço: Av. Alcindo Cacela, 287, CEP: 66060-902, Umarizal,
Belém/PA

Email: otavio900@gmail.com

*** Doutor em Desenvolvimento Socioambiental pela Universidade
Federal do Pará (UFPA), Docente do Programa de Pós-Graduação
em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano da Universidade da
Amazônia (PPDMAU/UNAMA)

Endereço: Av. Alcindo Cacela, 287, CEP: 66060-902, Umarizal,
Belém/PA

Email: lobo2502@gmail.com

Resumo

Este trabalho tem por objetivo apresentar um panorama dos aspectos organizacionais que caracterizam as seis organizações de catadores de materiais recicláveis que operavam na recuperação desses resíduos nos municípios da Região Metropolitana de Belém, no período analisado. O aspecto central da discussão gira em torno dos múltiplos fatores que determinam

os resultados alcançados por essas entidades. Ficou demonstrado que, dentre esses elementos, adquirem maior importância as estratégias logísticas e organizativas que influenciam a escala, regularidade e qualidade do suprimento para atender a demanda; os diferentes níveis de organização e formalização da atividade; seu modelo de gestão; baixa capacidade de elevar resultados na cadeia produtiva e; as dificuldades de construir parcerias com o setor

público e outros agentes relevantes. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo-exploratório, conduzida por um levantamento que se valeu da triangulação de diversas fontes para reforçar a validade da pesquisa. Os resultados evidenciam que ainda existe um longo caminho a percorrer se essas organizações aspirarem superar os obstáculos a um melhor desempenho. Para tanto, haverão de adotar iniciativas para aprimorar a qualidade de sua gestão por meio da qualificação dos dirigentes, fomentar avanços na autogestão e catalisar um forte movimento voltado à convergência das ações do conjunto de tais organizações.

Palavras-Chave

Organizações de Catadores de Materiais Recicláveis. Gestão. Cooperação.

Abstract

This paper aims to review managerial issues related to six cooperatives of waste pickers from Belem metropolitan area. The central point of this discussion is the multiple factors that determine the results of these cooperative management. It was verified that some of the main variables influencing these results are the logistic strategies, the conditions of their legal status, the adherence to self-management principles, the availability of infrastructure and equipments, the participation in the gains from the recycling productive chain, and also the partnerships with the public sector and others relevant actors. It applied a qualitative methodology, with a descriptive-exploratory approach, developed through a survey from various sources such as bibliographical research, documental research, observation during events and interviews, spontaneous talks, and interviews based on semi-structured forms. The findings highlighted that there is still a long road ahead for these cooperatives to overcome their main managerial problems. To do so, they have to nurture their management's quality through the

qualification of the leaders, the enhancement of their self-management spirit and practices, and efforts of collective actions among those cooperatives themselves.

Keywords

Waste Pickers Organizations. Management. Cooperation.

Resumen

Este trabajo tiene como objetivo presentar una visión general de los aspectos organizativos que caracterizan las seis organizaciones de colectores de materiales reciclables que operan en la recuperación de esos residuos en los municipios de la región metropolitana de Belém. El aspecto central de la discusión gira en torno de los múltiples factores que determinan los resultados alcanzado por estas entidades. Fue demostrado que, entre estos elementos, adquieren más importancia las estrategias logísticas y organizativas que influyen en la escala, en la calidad y en la regularidad del suministro para satisfacer la demanda; los distintos niveles de organización y formalización de la actividad; su modelo de gestión - más o menos distante del modelo de autogestión que distingue a los organismos de la economía solidaria de otros organismos económicos; la disponibilidad de infraestructura y equipamiento para operacionalizar la recolección y los otros procesos de comercialización y transformación de la cadena; grado de concentración de las personas de una misma familia que trabajan en la misma organización; la baja capacidad de obtener resultados en la cadena de producción y las dificultades en la construcción de alianzas con el sector público y otros agentes importantes. Se trata de una investigación cualitativa, de carácter descriptivo-exploratorio, realizada mediante una encuesta, que se valió de la triangulación de diferentes fuentes de información para confirmar la validez de la investigación. Los procedimientos

metodológicos adoptados para este fin fueron: revisión bibliográfica, investigación documental, observaciones simples de eventos y durante las entrevistas, conversaciones espontáneas y entrevistas fundamentadas en los formularios semiestructurados. Los resultados muestran que todavía hay un largo camino por recorrer si estas organizaciones aspiran a superar los obstáculos para un mejor rendimiento. Por tanto, deben adoptarse iniciativas para mejorar la calidad de la gestión mediante la capacitación de los dirigentes, fomentar avances en la autogestión y catalizar un fuerte movimiento hacia la convergencia de las acciones de todas las organizaciones, condiciones estas, que créese son esenciales para la creación de escala económica para exigir la participación oficial en la recopilación selectiva en las ciudades de RMB.

Palabras Clave

Organizaciones de Colectores de Materiales Reciclables. Gestión. Cooperación.

Introdução

Trabalham na atividade da reciclagem no país cerca de 800 mil catadores de materiais recicláveis (MNCR¹ *apud* IPEA, 2009), categoria que ocupa o primeiro lugar no *ranking* dos grupos sociais mais vulneráveis, segundo o Programa Fome Zero (BRASIL, [2007a]), dividindo essa posição com moradores de rua e mendigos. A importância da categoria dos catadores de materiais recicláveis na destinação dos resíduos sólidos no país pode ser medida pelo fato de ser esta a responsável por cerca de 90% da matéria-prima utilizada pela indústria da reciclagem no Brasil (CAMPANI *et al.*, 2005; GRIMBERG, 2007, p. 44).

Nos últimos anos, ainda que com pequena visibilidade, os catadores de materiais recicláveis no país têm buscado o fortalecimento da categoria e a melhoria de sua situação econômica e social,

construindo soluções coletivas para problemas comuns e congregando-se em organizações sociais de trabalho e de produção. Em 2004, os catadores brasileiros já haviam se organizado em 174 associações e cooperativas, além dos 157 grupos que ainda tentavam se organizar. Porém, mais do que a propagação quantitativa dessas sociedades cooperativas, o avanço na luta por direitos passou a exigir novos níveis de organização e coordenação, impulsionando-os a se estabelecerem em nível nacional. Surge, assim, em 2001, o MNCR, que se volta para a defesa dos interesses comuns do segmento. Entre suas diversas conquistas, destacam-se o reconhecimento profissional da categoria em 2002, oficializada na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO); o lançamento da “Carta de Brasília”, documento dirigido ao Congresso Nacional contendo as principais necessidades da categoria; e a publicação, em 2006, do Decreto Federal nº 5.940, que estabeleceu a obrigatoriedade da coleta seletiva em todos os prédios onde funcionam órgãos públicos federais no país (BRASIL, 2006).

Presentes em 83% dos 306 municípios pesquisados no “6º Diagnóstico do Manejo de Resíduos Sólidos 2007”, do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), os catadores, em grande maioria, realizam esse trabalho desprovidos de infraestrutura, capital e equipamentos de segurança individual e sem integração com as gestões de resíduos sólidos das municipalidades. De fato, além de serem poucos os municípios onde ocorre algum tipo de coleta seletiva - apenas 9,6%, segundo a PNSB-2000 -, ainda são raros os municípios que têm agregado os catadores nesse serviço (IBGE, 2002).

Na RMB, além dos catadores organizados, trabalham cerca de mil catadores que sobrevivem do que conseguem catar no complexo de disposição de lixo do Aurá (BRASIL, [2007b]). A quantificação desse contingente consta do relatório de diagnóstico realizado pelo Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores de Materiais Recicláveis (CIISC), em setembro de

2007, sobre a situação dos catadores na RMB, intitulado “Ficha de Informações das Regiões Metropolitanas: Belém”, tendo por base as entrevistas ocorridas durante visitas técnicas realizadas ao Aterro do Aurá e às sedes das seis organizações de catadores existentes na RMB. Afora os que atuam no Aurá, catadores trabalham nas ruas de todos os bairros de Belém e de outros municípios da RMB, dos quais cerca de 190 integram as quatro associações e duas cooperativas existentes na região.

Mas, o simples fato de um grupo de catadores estar organizado não representa garantias de melhor qualidade de vida para esses trabalhadores; parte das perspectivas de melhorias no bem-estar dos catadores organizados depende do sucesso da gestão de suas organizações. Assim, este trabalho objetiva estudar os principais fatores que influenciam a gestão das organizações de catadores de materiais recicláveis na RMB. Ao final, demonstra-se que a gestão das organizações de catadores de materiais recicláveis na RMB é influenciada fortemente por fatores referentes à formalização das organizações; infraestrutura; adaptação à gestão coletiva; proporção da participação das famílias nas organizações e; capacidade de elevar ganhos na cadeia produtiva e de estabelecer parcerias.

O artigo utiliza parte dos dados da dissertação de mestrado de Pires (2010), voltada a avaliar as condições de vida e trabalho de integrantes de seis organizações de catadores de materiais recicláveis da Região Metropolitana de Belém.

De caráter qualitativo-descritivo, as informações aqui relatadas provêm da literatura (que incluiu a leitura de trabalhos abordando experiências de entidades de catadores), do exame de documentos oficiais e não oficiais (como *folders* e outros materiais informativos ofertados em eventos, onde se fizeram presentes os pesquisadores), da observação direta e das respostas às indagações de formulário semiestruturado, colhidas dos líderes das

associações e cooperativas, em campo.

1. Fatores que influenciam a gestão de organizações de catadores

A condição de formalização é um dos fatores que influenciam a gestão das organizações de catadores. Estes, na maior parte das vezes, operam informalmente, seja em função da existência de organizações não registradas oficialmente, seja, outras vezes, por trabalharem de forma individualizada, como autônomos. Tal informalidade os impede, por exemplo, de emitir notas fiscais de vendas, acessar crédito e recursos públicos, entre outras prerrogativas. Números provenientes do Cadastro Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis - um sistema *on-line* desenvolvido pela Usina Itaipu Binacional em parceria com o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) - registravam, em 2009, a existência de 500 organizações cadastradas no novo sistema. Incluindo as não cadastradas, calcula-se que existam, atualmente, cerca de 600 organizações atuando na recuperação de resíduos sólidos. Mas, a despeito desse número, os 40 mil catadores associados ainda representam apenas 5% dos trabalhadores que têm nessa atividade seu meio de trabalho e de subsistência (MNCR, 2009).

Ademais, a informalidade também se manifesta pelo fato de que, em grande parte, a administração pública municipal, que juridicamente é a entidade que detém a competência da gestão dos resíduos sólidos, não concede qualquer forma de legitimidade às atividades realizadas pelos catadores (CONCEIÇÃO, 2003 *apud* AQUINO; CASTILHO JUNIOR; PIRES, 2009), sobretudo, na forma de contratações. Tanto assim que são raras as municipalidades no país que já firmaram contratos formais com organizações de catadores para realizar os serviços de coleta e triagem de recicláveis, circunstância a ser corrigida, a partir

de 2014, com a implementação obrigatória da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e do Decreto 7.404/2010, que a regulamenta. Tais instrumentos preveem: a) que os governos municipais devem dar prioridade à inserção de entidades organizativas constituídas por catadores em programas de coleta seletiva municipal como requisito do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, a ser exigido de todos os municípios de 2014 em diante; e b) a alteração do Art. 24 da Lei 8.666/93, dada pela Lei 11.445/2007, para incluir a dispensa de licitação na contratação de organizações de catadores compostas por pessoas físicas de baixa renda para a execução do serviço de coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos (FREITAS; FONSECA, 2011). Para esses autores, “assim como as empresas de limpeza são recompensadas pela coleta e destinação final dos resíduos, os catadores também deveriam sê-lo” (FREITAS; FONSECA, 2011, p. 33).

O nível de infraestrutura disponível e a capacidade gerencial são dois outros fatores a impactar a gestão das organizações de catadores, segundo a literatura. A destituição de equipamentos e a debilidade do aparato administrativo são obstáculos para o avanço das organizações de catadores nos ganhos gerados nas cadeias produtivas da reciclagem (AQUINO; CASTILHO JUNIOR; PIRES, 2009).

Porém, a gestão das organizações de catadores não depende apenas de fatores econômicos e institucionais, como a infraestrutura e a formalidade, mas também de fatores mais afeitos ao processo educacional e ideológico, que é o nível de adaptação à gestão coletiva. Os fundamentos dos sistemas de cooperação e o consequente modelo de gestão característico das organizações que aderem à ação coletiva podem não ser entendidos pelos participantes, originando dificuldades e a necessidade de adaptação ao sistema (JACOBI *et al.*, 2006 *apud* JACOBI; BESEN, 2006). Exemplo disso é a frequente ausência dos associados ou cooperados nas assembleias gerais da organização (JACOBI; BESEN, 2006).

A esse respeito, Singer (2002, p. 18) argumenta que “a empresa solidária se administra democraticamente, ou seja, pratica a autogestão. Quando ela é pequena, todas as decisões são tomadas em assembleias, que podem ocorrer em curtos intervalos, quando há necessidade”. Portanto, segundo o autor, a falta de um empenho maior e de interesse dos membros da organização seria o mais importante dos limitadores da autogestão e este desinteresse e “menor esforço” é forte elemento de destruição do processo de autogestão do cooperativismo (SINGER, 2002, p. 20).

A importância do papel da cooperação para o sucesso dos pequenos empreendimentos fica cada vez mais clara na teoria da estratégia organizacional. Na verdade, a ação coletiva gera ganhos de eficiência que não são possíveis de serem capturados pelo empreendimento ou empreendedor individual. Esses ganhos apenas podem ser contabilizados pelo próprio conjunto, resultando na assim chamada “eficiência coletiva”, que se originaria nas “economias externas locais” e na “ação coletiva”. Por essa via, a eficiência coletiva proporcionaria, para os pequenos empreendimentos, que agem de forma conjunta, “vantagens competitivas” (ERBER, 2008, p. 12).

Outra condição que interfere na gestão das organizações dos catadores é a dependência que muitos membros de uma mesma família têm dos resultados econômicos destas organizações. Não por acaso, diversos trabalhos na literatura apontam para a concentração de pessoas de uma mesma família trabalhando na execução das atividades de catação e separação de materiais recicláveis (GRIMBERG, 2007; ROMANI, 2004; CUNHA, 2007; BOEIRA; SILVA, 2004), posto que, nessa situação, aumenta o grau de vulnerabilidade dessas entidades, pela supremacia dos interesses individuais sobre os interesses coletivos. O processo decisório das organizações fica comprometido em função dos interesses de grupos familiares com maior representação.

Aquino, Castilho Jr. e Pires (2009) apontam outros obstáculos ao sucesso da gestão de

organizações de catadores de materiais recicláveis que atuam em Florianópolis, ao discutirem a capacidade desses agentes produtivos em elevar os ganhos na cadeia produtiva. Tais autores observaram que esta categoria fica com os menores percentuais nos desfrutes gerados pelas cadeias produtivas da reciclagem naquela capital. Os fatores mencionados foram o preço dos resíduos recicláveis deprimido em um mercado oligopsônico (resultante da pequena quantidade de empresas industriais que adquirem estes materiais) e a incapacidade atual dos catadores - mesmo quando organizados em suas cooperativas - de fornecer diretamente para as grandes indústrias os materiais recicláveis nos volumes e qualidade exigidos. Tais condições decorrem do fato de que a grande maioria dos catadores se apresenta pulverizada ou organizada de forma inadequada para o mercado (AQUINO; CASTILHO JR.; PIRES 2009).

A capacidade dessas entidades de estabelecer parcerias, particularmente com os governos municipais, constitui-se em mais um importante condicionante do desempenho de suas gestões. A este respeito, o caso de Londrina parece ser um bom parâmetro, pois foi a partir de parcerias entre organizações de catadores (cujas criações foram estimuladas pela própria prefeitura) e o poder público municipal que a coleta seletiva ganhou um grande impulso naquele município, logrando, ao mesmo tempo, gerar renda para os trabalhadores e uma melhor destinação dos resíduos sólidos (REIS *et al.*, 2005, p.3). Cada vez mais frequentes no país, as parcerias envolvendo instituições governamentais e não governamentais têm se voltado não só para o apoio desse contingente, que em sua grande maioria continua desassistida, como para a promoção dos sistemas públicos municipais de recuperação de resíduos, circunstância esta que tem beneficiado, principalmente, aqueles catadores organizados em associações e cooperativas (CAMPANI *et al.*, 2005; GRIMBERG, 2007).

Os condicionantes da gestão de organizações de catadores acima discutidos

podem ser acentuados ou complementados por aqueles apontados em pesquisa de Jacobi e Bensen (2006), os quais solicitaram a opinião dos próprios catadores da região metropolitana de São Paulo a respeito dos problemas mais críticos enfrentados por suas organizações. Os catadores paulistas responderam que os principais problemas referiam-se à “precariedade na infraestrutura de trabalho”, ao “problema de relacionamento entre os membros e de organização interna” e à “falta de capacitação para o empreendedorismo”. Outros fatores destacados foram: a “queda na quantidade de material reciclável disponível para ser recolhido”, “a falta de conscientização da população”, “a falta de capital de giro” e a “falta de apoio da prefeitura” (JACOBI; BENSEN, 2006, p. 99).

Na seção, foram elencados e discutidos alguns dos fatores mais determinantes para o sucesso nos resultados obtidos na gestão das organizações de catadores de materiais recicláveis. Nesta próxima seção, os mesmos fatores são utilizados para analisar o desempenho da gestão das entidades consideradas no estudo.

2. Análise das entidades de catadores de materiais recicláveis na RMB pela perspectiva dos fatores determinantes da gestão das organizações

A sequência da análise segue a ordem em que as organizações de catadores emergiram no cenário da recuperação de resíduos na RMB. A primeira, de acordo com esse critério, é a Cooperativa de Trabalho dos Profissionais do Aurá (COOTPA), surgida em 2001, como parte do projeto de implantação do Complexo do Aurá. A segunda, a Associação de Catadores da Coleta Seletiva de Belém (ACCSB). No terceiro momento, serão apresentadas as características organizacionais da Associação dos Recicladores das Águas Lindas (ARAL), seguida da Associação Cidadania para Todos (ACPT), da Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis (CONCAVES) e, por último,

da Associação de Trabalhadores de Materiais Recicláveis da Pedreira (ASTRAMAREPE)².

2.1 Aspectos organizacionais da COOTPA

Concebida conjuntamente pela Prefeitura de Belém, na administração municipal que vigorou entre 1996-2004, e por um grupo de catadores, para ser o “principal instrumento de erradicação da catação em cima do lixo, no Aurá” (LOPES *et al.*, 2004, p. 9), a COOTPA tinha por objetivo proporcionar trabalho com segurança, “ao abrigo das intempéries e sem contato direto com o lixo” (ALMEIDA, 2008, p. 11), inicialmente, a 39 catadores que atuavam sobre as células de disposição de lixo no Aurá, número reduzido para dezoito indivíduos no momento da realização da pesquisa. Se incluídos os que ainda se mantinham formalmente vinculados, embora não participem das atividades operacionais coletivas, e os catadores autônomos, que vendem sua produção à COOTPA, esse número alcançaria cerca de 100 indivíduos.

A maioria dos cooperados dessa agremiação constituía um subgrupo que continuava se valendo da catação no Aurá para garantir a renda indispensável para o sustento da vida, diante da dificuldade de obter volume suficiente de material de outras fontes. Além dos materiais coletados no Aurá que a COOTPA comprava e recebia em consignação, estavam entre as fontes do material que a organização triava e vendia a coleta porta a porta que realizava - mesmo que de forma incipiente - em alguns conjuntos habitacionais de Ananindeua, e as doações não sistemáticas de recicláveis descartados por condomínios, empresas privadas e órgãos públicos. Os poucos volumes que resultavam dessas iniciativas, limitadas pela falta de equipamentos para realizar a coleta ampla e sistematicamente, não geravam recursos suficientes - até a realização desta pesquisa - que permitissem à cooperativa sustentar todos os seus membros fora da catação no lixão (PIRES,

2010).

No subgrupo que operava fora do lixão, no qual se incluem as pessoas que realizam as atividades de administração da entidade, foi observada uma espécie de divisão do trabalho, que ocorria menos em função de algum tipo de especialização - como a dos catadores que operam no lixão da cidade do México e em algumas organizações de outros estados do Brasil (MEDINA, 2007) - e mais pela diferenciação de gênero. As mulheres executavam as tarefas mais leves e os homens, as tarefas que exigiam maior vigor físico, como, por exemplo, o carregamento e descarregamento dos *bags*³ ou fardos. Fora essa distinção e às relativas aos afazeres de administração/representação realizados pela liderança, não foi observada nenhuma outra especialização. Cabiam a qualquer um as tarefas de recepção, pesagem, classificação, prensagem mecânica de pets e latas com os pés, e a reembalagem dos materiais, tanto dos que são comprados, como dos que são destinados pelos órgãos públicos, empresas ou pela comunidade (PIRES, 2010).

Para esse subgrupo, a jornada de trabalho era mais flexível, pois se moldava à oferta de materiais para triagem, nem sempre em quantidade suficiente para demandar um período integral de trabalho. Ainda assim, regularmente, os indivíduos chegavam à sede para trabalhar por volta das oito horas e saíam por volta das dezoito horas. Apenas quando a quantidade de material era pequena, o trabalho do grupo se encerrava antes, ou, individualmente, quando um cooperado tivesse algum assunto particular relevante para resolver (PIRES, 2010).

Entre eles, a partilha dos recursos (descontados os custos operacionais) é equitativa, já que se apoia na premissa de contribuição equivalente e alcança, pelo mesmo critério de justiça, o indivíduo temporariamente incapacitado ou doente. Nesse aspecto e, frise-se, para este subgrupo apenas, essa organização é a que mais se aproxima da definição do cooperativismo, com a participação coletiva nos ganhos, de acordo com

o testemunho de alguns depoimentos (PIRES, 2010).

Desalojada da antiga base operacional e sem uma nova sede própria, a organização ocupava, na ocasião da pesquisa, uma sede provisória, instalada em parte do quintal de uma cooperada (PIRES, 2010).

A vulnerabilidade produtiva dessa organização era, também, notada na falta de equipamentos básicos utilizados na operacionalização de uma cooperativa de catadores, como prensas, mesa de triagem, máquina para picotar plásticos e fragmentar papel, elevadores de carga e equipamentos de proteção individual. Essa situação era comum às organizações pesquisadas. Todas, com exceção da Associação Cidadania para Todos, possuíam como instrumento de trabalho apenas uma balança.

Vale, por fim, registrar que, além do material recuperado no Aurá para uso industrial na ordem de 8.8 toneladas/mês (equivalente a 4% do total recuperado pelas entidades organizativas na RMB), os membros dessa cooperativa recolhiam qualquer peça ou objeto que tivesse valor de uso e/ou de troca, como madeira para construção e para cozinhar, utensílios domésticos, brinquedos, roupa, sapato, eletrodomésticos, móveis etc. (PIRES, 2010).

Para evitar redundâncias, os comentários feitos nesta seção que se apliquem às demais entidades não serão repetidos, salvo se houver algum aspecto inusitado que justifique ser citado.

2.2 Aspectos organizacionais da ACCSB

A Associação da Coleta Seletiva foi inicialmente constituída por catadores do quadro da COOTPA, que foram deslocados do trabalho que realizavam na sede daquela entidade, no Complexo do Aurá, para realizar a coleta seletiva na cidade de Belém, sob a tutela do Departamento de Resíduos Sólidos (DRES) da Secretaria Municipal de Saneamento da PMB, que passou a ser local

de apoio do grupo desde então. No primeiro momento, o grupo subdividiu-se em dois núcleos: um com a missão de recolher o material reciclado descartado em locais de grandes eventos (Círio de Nazaré, Pará Folia, entre outros) e em grandes geradores (*shoppings centers*, escolas, hotéis etc.); e outro núcleo com a incumbência de recolher os materiais descartados pela população nos 80 PEVs⁴ dispostos pela Prefeitura de Belém em quatro bairros centrais da cidade (LOPES *et al.*, 2004; ROMANI, 2004). Com a mudança de administração municipal em 2005, esse grupo se desvinculou da COOTPA e passou a adotar a denominação atual, funcionando como grupo informal até setembro de 2008, quando se constituiu juridicamente como uma associação.

Compete às pessoas desse grupo - atualmente, organizadas em quatro núcleos e com 49 membros efetivos - realizar a coleta seletiva oficial da cidade de Belém que, até hoje, após quase uma década da implantação, ainda apresenta pouquíssima expressão em volume e em cobertura espacial. Segundo declaração colhida em campo da liderança da ACCSB, os quatro núcleos recolhem, em conjunto, cerca de 80 toneladas/mês, o que equivale a 36.3% da quantidade recuperada pelo conjunto das entidades organizativas da RMB (PIRES, 2010).

Além do local para funcionar, a prefeitura cedia à ACCSB caminhão e combustível, organizava os roteiros da coleta direcionando todas as demandas para esse grupo, ação esta que vem suscitando frequentes reclamações e gerando uma relação, de certa forma, conflituosa entre os outros cinco grupos de catadores e a Secretaria Municipal de Saneamento da Prefeitura de Belém (BRASIL, [2007b]).

Se o apoio institucional da municipalidade expandiu as oportunidades produtivas da ACCSB, medidas pela quantidade de material comercializado e pela produtividade *per capita*, muito superiores à da maioria e só comparável à alcançada pela ACPT, por outro lado, não havia contribuído para a unificação dos quatro núcleos e para a conjugação de interesses até certo ponto

conflitantes; já que a gestão independente dos núcleos vinha suscitando disputa por poder, equipamentos e distribuição das oportunidades de coleta dos materiais (PIRES, 2010).

2.3 Aspectos organizacionais da ARAL

Constituída em junho de 2005, a Associação dos Recicladores das Águas Lindas é uma das três organizações localizadas no entorno do Complexo do Aurá. À época da realização da pesquisa, trabalhava com qualquer tipo de material reciclável que tivesse valor comercial, e tinha por sede um terreno de muro baixo e chão batido, com 800m², em Águas Lindas, Município de Ananindeua, o segundo maior município da RMB. Não existia no imóvel nenhuma área edificada, nem instalações sanitárias mínimas para uso dos associados. O trabalho de armazenagem, limpeza, triagem e enfardamento era feito a céu aberto, sem cobertura - ainda que rústica - que oferecesse proteção contra as intempéries, agravando as condições já precárias peculiares a esse tipo de trabalho, particularmente no período chuvoso. A falta de instalações adequadas, também, comprometia o desempenho e a possibilidade de maior rentabilidade, pela perda de qualidade e elevação do percentual de rejeito no total da produção (BRITO; PEREIRA NETO; CEBALLOS, 2000; DAMÁSIO, 2006). Outro fator que tinha efeito direto na produtividade de mercado era a disponibilidade de máquinas e equipamentos (DAMÁSIO, 2006; IPEA, 2010). A ARAL, como a quase totalidade das organizações de catadores da RMB, não dispunha, minimamente, desses aparelhamentos, influenciando, de maneira sensível, na sua capacidade de coleta e de processamento. O único equipamento que dispunha era uma balança com capacidade para aferir peso até 300 kg (PIRES, 2010).

Além das dificuldades estruturais e conjunturais enfrentadas, em maior ou menor grau por todas as organizações de catadores nessa região metropolitana, a ARAL apresentava uma

séria dependência de destinações de materiais separados na fonte por agentes públicos ou privados, de onde provavelmente provinha a maior parte das 15 toneladas que comercializava por mês, as quais representam 6.8% do total recuperado pelas organizações da RMB (PIRES, 2010).

De maneira geral, não há divisão dos ganhos da organização, visto que os associados trabalham de forma independente e vendem isoladamente o material que coletam. A exceção ocorria apenas quando a associação recebia doações de materiais, ocasião em que os associados dividiam o trabalho de limpeza, triagem e acondicionamento e partilhavam, segundo o presidente do grupo, os resultados da venda.

Como nas outras organizações, foi observado que os laços de família uniam diversos membros desta associação, aumentando a dependência das famílias da atividade da catação/processamento de recicláveis, e, logo, também, seu grau de vulnerabilidade.

2.4 Aspectos organizacionais da ACPT

A Associação Cidadania para Todos é uma das entidades de maior projeção fora da RMB e de maior articulação no Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis. Esse destaque se deve à representação de longo termo exercida pela presidente do grupo na Coordenação Estadual do MNCR. É, também, a segunda organização da RMB de maior sucesso em termos de volume de produção e eficiência física, ainda que caiba contextualizar essa observação e circuncrevê-la às condições vivenciadas pelas demais organizações. Preponderantemente especializada na triagem de materiais plásticos, a Cidadania para Todos produzia, em 2010, algo em torno de 90 toneladas de recicláveis, com uma participação no total recuperado pelas organizações de cerca de 40% (PIRES, 2010).

Criada como alternativa ao trabalho nas

células do complexo do Aurá, a Cidadania para Todos tinha 55 membros efetivos quando foi realizada a pesquisa, 89.1% deles, mulheres. Ao lado destes, a associação mantém relacionamento com 63 catadores autônomos, de quem adquire, além do plástico, sucatas de metal, papel e papelão. Na Cidadania para Todos também houve alteração no quadro de afiliados, desde que foi calculada a amostra. Naquela ocasião, havia apenas 28 associados.

Constituída juridicamente desde junho de 2005, a organização ocupava um galpão do Centro de Reciclagem da Amazônia Ltda. (CRA), mediante contrato de aluguel, que incluía máquinas e equipamentos, entre os quais enfardadeiras hidráulico/elétricas, balança fixa para pesagem de caminhão (com até 30 toneladas), esteira com lona de borracha para triagem e suporte de ferro para amarrar *big bags* (PIRES, 2010; VIEIRA, 2007).

Localizado, de forma estratégica, próximo à entrada do Complexo do Aurá, em Ananindeua (PA) - de onde provinha boa parte dos materiais adquiridos de catadores sem vínculo com a organização - o imóvel de 30mx50m que servia de base de apoio operacional à ACPT não apresentava condições satisfatórias em vários aspectos, entre os quais, não possuía instalações sanitárias adequadas, vestiários, cozinha ou espaço para servir de creche aos dependentes dos associados, conforme observado em Cunha (2007) e no trabalho de campo de Pires (2010). Tampouco eram melhores as condições de segurança do trabalho, já que a empresa não provinha equipamentos suficientes de proteção individual, sendo usados por menos de 20% dos integrantes da ACPT e, assim mesmo, alguns itens apenas. O subgrupo que trabalhava com plástico duro não usava luva nem óculos de proteção, equipamentos indispensáveis nessa atividade para garantir a integridade física de seus operadores. A maioria dos que trabalham com filme usava bota e todos nesse subgrupo trabalhavam com luva. Um terceiro subgrupo, que operava máquinas ruidosas, usa luva, óculos

de proteção e abafador auditivo (PIRES, 2010).

Entretanto, ainda que com essas ressalvas, as condições de trabalho em tais instalações, sem contato direto com o lixo, eram percebidas, pelas pessoas que compõem essa coletividade, como indubitavelmente menos deploráveis do que as enfrentadas pelos que trabalham na recuperação de recicláveis em situação de rua e, notadamente, sobre o lixo (CUNHA, 2007 *apud* PIRES, 2010).

Outro aspecto importante se refere à organização do trabalho e à remuneração. A remuneração dos associados dependia da produção individual de cada um, que era paga pelo trabalho prestado à CRA a R\$ 0,25 por quilo. Todavia, outra parcela vinha adquirindo algum peso na remuneração total dessas pessoas, advinda dos recursos arrecadados com a venda dos materiais recicláveis destinados pelos órgãos públicos às associações e cooperativas de catadores, como determinado pelos Decretos nº 5.940/2006 (BRASIL, 2006) e nº 801/2008 (PARÁ, 2008). Distintamente, o critério de distribuição dos ganhos nesse caso tinha por base o trabalho coletivo e a divisão. Por isso, o trabalho de limpeza, triagem e acondicionamento dos materiais provenientes desses órgãos era realizado aos sábados por todos e o resultado obtido com a venda (à RIOPEL, nesse caso) era rateado entre eles (PIRES, 2010).

2.5 Aspectos organizacionais da CONCAVES

Localizada no bairro da Terra Firme, em Belém, essa cooperativa surgiu como entidade social coletiva há mais de sete anos, adquirindo identidade jurídica sob o formato organizativo de cooperativa a partir de outubro de 2007.

Comparativamente melhor instalada que as demais organizações, essa unidade possuía sede própria, edificada, com área equivalente a 90 m², fato também observado por Mello (2008). Como as outras, a CONCAVES também sofreu alteração no quadro de afiliados após

o tamanho da amostra desta pesquisa ter sido efetuado, envolvendo o acréscimo de três novos cooperados, o que elevou o quadro da entidade para 26 membros efetivos. Além da sede, a cooperativa dispunha de um terreno cedido por um morador do bairro com área de 120m², onde armazenava e triava os materiais coletados. Esse terreno recebeu edificação parcial para proteger os recicláveis das intempéries com recursos que a cooperativa conseguiu juntar, somados às doações de materiais de construção recebidas da Ação Integrada do Governo do Estado do Pará (MELLO, 2008 *apud* PIRES, 2010).

Quanto aos equipamentos para recolher os materiais, essa cooperativa era, como as outras organizações, bastante carente. Possuía apenas uma balança, mesa para triagem, um extintor de incêndio e dois carrinhos próprios (PIRES, 2010). O Relatório de Diagnóstico da Fundação Avina, realizado em 2008 por demanda do Convênio MDS/BID/FUMIN, registrou que, além desses equipamentos, a produção da CONCAVES se fazia valer dos carrinhos de tração humana, de propriedade particular de seis catadores (MELLO, 2008 *apud* PIRES, 2010). Na pesquisa de campo realizada para fins deste estudo, verificou-se que a CONCAVES incorporou aos seus meios de produção mais duas bicicletas cargueiras e uma carroça puxada por tração animal (PIRES, 2010).

O volume mensal de comercialização alcançava, àquela altura, vinte e cinco toneladas em média. Parte desses resíduos (papel e plástico) era negociada com os mesmos clientes e em condições similares às que ocorriam com a ACCSB, destinando certos tipos de resíduos plásticos para a empresa SACOTEC (filme plástico, garrafa de água sanitária, sacolas plásticas e plástico preto) e outros plásticos e os resíduos de papel e papelão para a RIOPEL. Na comercialização dos resíduos de metal, entretanto, a relação com os outros elos da cadeia era diferente da estabelecida pela ACCSB, pois a CONCAVES já conseguia comercializar diretamente esse tipo de resíduo com uma indústria localizada em Belém e com o interposto de uma indústria da cidade de

Marabá-PA (PIRES, 2010).

Com relação às parcerias, além daquelas que estabelecia com os órgãos públicos, agentes privados e da comunidade do bairro, a CONCAVES é o único grupo de catadores da região que será contemplado com os recursos oriundos do BID-Fumin - escolha esta nunca explicada às demais organizações. Por conta desse convênio, que integrará as ações de infraestrutura do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), mais três organizações de catadores - em Salvador, Recife e Brasília - devem dividir um orçamento de US\$ 5,5 milhões, (US\$ 2,5 milhões, equivalente ao aporte do BID-Fumin e US\$ 3 milhões, da contrapartida das três esferas de governo - federal, estadual e municipal -, além de parceiros da iniciativa privada) (BRASIL *et al.*, 2008 *apud* PIRES, 2010, p.89). A alocação desses recursos era prevista para iniciar em 2009 (FUNDACIÓN AVINA, 2010), aliviando, em grande parte, as privações materiais da entidade. Entretanto, até o encerramento da pesquisa de campo em 2010, essa cooperativa ainda não havia recebido os recursos prometidos.

No que se refere à organização do trabalho, vale destacar que a regra mais importante pactuada era a obrigação de uma jornada de três horas diárias dedicada ao trabalho coletivo na sede ou no galpão de triagem, conforme indicassem as tarefas por cumprir. Fora esse compromisso, o trabalho era realizado de forma independente. Cada qual fazia sua agenda e decidia onde coletar (MELLO, 2008). Outro aspecto importante observado diz respeito aos mecanismos de proteção individual: menos de 20% de seus membros adotava a prática do trabalho protegido (PIRES, 2010).

2.6 Aspectos organizacionais da ASTRAMAREPE

De acordo com a classificação do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a ASTRAMAREPE, uma entidade que atua de forma coletiva desde 2004, a rigor, não seria

considerada como associação, e, sim, como grupo informal produtivo, pois ainda não estava constituída juridicamente, quando a pesquisa foi efetuada. Este caminho estava sendo percorrido pela organização, que já havia iniciado o processo de transformação institucional para o formato organizativo de uma cooperativa de trabalho, naquela ocasião (PIRES, 2010).

Composta por dez membros efetivos (dois a mais do que o número informado para a estimativa da amostra), essa agremiação acolhia, sem compromisso de participação e de regularidade, alguns catadores autônomos das áreas vizinhas à sua base operacional, no bairro da Pedreira, em Belém, para desenvolver algumas atividades específicas. Essa era uma prática comum, por exemplo, nas circunstâncias em que a entidade precisasse recorrer a uma força de trabalho superior à que possuía instalada efetivamente, como ocorria por ocasião da remoção de recicláveis em grandes eventos (PIRES, 2010).

A ASTRAMAREPE também não possuía nenhum equipamento, exceto uma balança, que permitisse agregar valor aos materiais, como prensas e trituradores (PIRES, 2010). Tampouco, possuía caminhões ou outros veículos motorizados que proporcionassem elevar a eficiência da coleta, mas apenas uma espécie de “bicicleta modificada, com uma grande cesta metálica na frente, para coleta do material” (VIEIRA, 2007, p. 4).

Quanto à origem dos materiais que comercializa, a principal fonte era a catação à noite nas ruas do bairro da Pedreira, bairros vizinhos e, mais recentemente, no centro de Belém. Tinham, ainda, as destinações provenientes de condomínios e empresas e os materiais coletados por catadores “avulsos” que atuavam no mesmo bairro e circunvizinhanças, que a associação recebia em consignação (PIRES, 2010).

A ASTRAMAREPE vendia o material que coletava e processava, majoritariamente, para a empresa Comércio de Aparas de Papel Ltda. (RIOPEL) e, de forma casual, para um sucateiro

do bairro. Para a RIOPEL, vendia-se qualquer tipo de resíduo reciclável, exceto o plástico, que era comercializado com um sucateiro instalado às proximidades do Complexo do Aurá, especializado nesse tipo de resíduo e que oferecia preços melhores. A RIOPEL, por seu turno, além de oferecer o melhor preço nos outros tipos de resíduos, oferecia como atrativo a alocação de um contêiner na sede da associação, que só era retirado quando cheio (15 *bags* equivalem a cerca de 300 kg), por demanda da associação, para, em seguida, retornar logo após a descarga na empresa. Já para o sucateiro do bairro, a venda de material ocorria sempre que a associação precisasse antecipar recursos aos associados e não houvesse acumulado volume suficiente para justificar o recolhimento dos materiais pela RIOPEL. Evidentemente, os ganhos com a venda ficavam prejudicados porque “(...) os preços pagos por esses sucateiros de menor porte são menores”, conforme explicou o presidente do grupo em um evento de avaliação da execução da coleta seletiva solidária (denominação dada à separação na fonte pelos órgãos públicos), em 2008, em Belém, coordenado pelo CIISC (PIRES, 2010, p. 104).

A divisão dos recursos da associação seguia a regra de equivalência com a produção individual, salvo quando os recursos tinham por origem a venda de materiais doados para a associação, como são os recursos provenientes de ações de patrocínio e a doação de órgãos públicos. Nesse caso, a regra passava a ser a divisão igualitária entre todos os que participavam da organização (PIRES, 2010).

Na seção seguinte, será feito um cotejamento dos aspectos presentes na experiência de gestão das entidades de catadores discutidos até aqui, com o propósito de tentar identificar padrões de similaridade e de diferença que permitam aprofundar a compreensão dos efeitos desses fatores sobre a trajetória destas organizações.

3. Uma análise comparativa das entidades de catadores na RMB quanto aos determinantes da gestão das organizações deste setor

A manifestação dos diferentes determinantes da gestão das organizações de catadores condiciona a estratégia de sobrevivência de cada um desses grupos. Embora tais organizações apresentem certa heterogeneidade no que tange à maior parte dos fatores discutidos, em alguns pontos, verifica-se algo mais próximo da homogeneidade.

Um dos fatores com maior diferenciação entre as organizações foi o nível de formalidade, pois enquanto umas apresentam um razoável grau de formalização, outras estão num estágio bastante embrionário. A CONCAVES e a COOTPA foram aquelas que se distinguiram com um perfil de formalização mais avançado. Neste sentido, particularmente no caso da primeira, essas entidades se transformaram em exemplo para as outras, que pouca a pouco buscam maior legitimação jurídica e econômica. Em alguns casos, observou-se, por exemplo, que organizações já com o formato de cooperativa, emitiam notas de venda para outras que ainda não preenchiam tal formalidade.

Também diferiram quanto ao modelo de gestão, com a maioria delas apresentando dificuldades em praticar o modelo de autogestão que distingue as cooperativas e associações de outros organismos econômicos (SEBRAE, 2010), enfrentando problemas para compartilhar decisões administrativas e resultados, em igualdade de condições, como poderia se presumir de uma estrutura cooperativista. De novo, a COOTPA e a CONCAVES foram organizações que se destacaram positivamente, por apresentarem práticas mais próximas dos ideários do cooperativismo, entre as quais a divisão dos resultados conforme o tempo e volume de trabalho empreendido por cada um, no caso da CONCAVES, ou mesmo a divisão igualitária para pessoas com a mesma jornada de trabalho, como no caso da COOTPA. A ARAL pareceu a entidade

com o menor desenvolvimento das práticas do cooperativismo, com forte preponderância da apropriação individual da produção por cada membro.

Outro determinante da gestão que espelhou forte heterogeneidade foi o da capacidade de estabelecer parcerias, particularmente com órgãos públicos. Enquanto três organizações apresentaram forte movimento no sentido de associar-se a outras instituições, outras três caminharam exatamente para o lado oposto. As três entidades de catadores na RMB mais ativas na construção de parcerias foram a CONCAVES, a COLETA SELETIVA e a CIDADANIA. A primeira estabeleceu laços com o governo federal e o estadual e, principalmente, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que concedeu àquela entidade de catadores um programa de pelo menos dois milhões de reais ao longo dos próximos anos. A segunda estabeleceu fortes alianças com a Prefeitura Municipal de Belém, ganhando com isso algumas rotas sistemáticas de coleta nos bairros da cidade, transporte e combustível. A terceira, por ter estabelecido uma parceria com empresa privada, fez desta organização de catadores algo semelhante a um fornecedor de serviços terceirizados.

Ocorre um menor nível de heterogeneidade, entre as organizações de catadores da RMB, no caso da presença de membros de uma mesma família trabalhando na entidade. Apesar desta circunstância ter sido observada em todas as entidades, como ratifica Cunha (2007), ela ocorre mais intensamente em umas do que em outras. A organização de catadores na RMB com mais intensa base familiar é a ASTRAMAREPE, que além de ser uma cooperativa com poucos membros, a maioria apresenta-se com relações de parentesco entre si.

Por outro lado, uma característica encontrada em todas as entidades é a carência de infraestrutura básica e de equipamentos para a realização da coleta, triagem, limpeza

e acondicionamento dos materiais; todas apresentam *deficit* elevado nesse aspecto. Falta-lhes área suficiente para armazenamento de grandes volumes que permitam transpor o pequeno e médio intermediários e vender o produto em condições mais vantajosas para o próximo elo da cadeia da reciclagem, a indústria. Para se ter uma ideia do impacto negativo da ausência desse aparelhamento na produtividade do trabalho dessas organizações, a simples falta de prensa, por si, determina redução do valor potencial de venda e impõe maior necessidade de espaço para armazenagem e maior custo com o transporte.

A falta de veículos motorizados próprios adequados reduz muito a capacidade de coleta de materiais recicláveis. Quando o material é valioso o suficiente para não ser deixado para trás, as organizações são obrigadas a pagar um elevado custo de frete. Por conta dessa deficiência, o catador perde ainda mais do pouco que ganha para prover recursos para a sobrevivência de sua família.

O pouco ou nenhum aparelhamento em infraestrutura e em maquinário resulta em outra característica comum a todas as organizações de catadores na RMB, que é a incapacidade de agregar valor ao produto que recolhem, principalmente pela falta de máquinas adequadas. A escassez de capital para compra das máquinas e manutenção de estoque cria a necessidade de numerário em intervalos muito curtos, muitas vezes diários, impelindo as organizações de catadores a aceitar as condições desfavoráveis dos preços pagos pelos pequenos atravessadores.

Considerações finais

Naturalmente, não se pretendeu esgotar a explicação de todas as dificuldades vivenciadas pelas organizações de catadores que atuavam na RMB durante o curso da pesquisa que deu origem a este trabalho. Mas, foi possível evidenciar que os resultados da gestão das associações ou

cooperativas de catadores na região dependem de fatores como o nível de formalização, a disponibilidade de infraestrutura e máquinas, a adaptação aos princípios da ação coletiva, o nível de presença de familiares nas entidades, a capacidade de agregação de valor e a habilidade de estabelecer parcerias. As organizações mais fortalecidas foram aquelas que apresentam uma condição formal mais consolidada, maior adaptação aos princípios do cooperativismo e maior capacidade de estabelecer parcerias proveitosas, como no caso da CONCAVES. As organizações mais debilitadas caracterizaram-se de forma oposta, como a ASTRAMAREPE. Mas todas, sem nenhuma exceção, padecem de problemas que se constituem em enormes desafios para essas organizações, como a carência de infraestrutura e de maquinários, assim como a falta de capacidade de agregar valor. Tais deficiências são limitadoras da capacidade de essas associações e cooperativas serem instrumentos de elevação da qualidade de vida dos catadores e seus familiares.

O tamanho de cada uma dessas organizações e de seu poder individual de competição no mercado são fatores que dificultam a capacidade de cada uma delas de prover infraestrutura, máquinas e, portanto, agregar valor. Na verdade, não poderia ser diferente, considerando que, como foi observado na introdução do artigo, os catadores fazem parte de um dos grupos mais excluído da população brasileira.

No mercado capitalista, de acordo com Erber (2008), aos pequenos resta como estratégia de superação e sobrevivência o fortalecimento da ação coletiva. Tal observação deve ser considerada no funcionamento de cada uma das organizações de catadores, mas não somente, pois, acima de tudo, deve ser utilizada para demonstrar a necessidade da união entre as associações e cooperativas em redes e ou cooperativas de segundo grau, vital para que alcancem maior poder de mercado por elevarem a capacidade de negociação dos preços dos seus produtos, além

de fortalecer a condição política da categoria no diálogo com atores relevantes do setor e, particularmente, com as administrações públicas municipais. A ação coletiva entre as organizações, também, ensejaria melhor articulação com outras organizações de apoio, como o próprio BID, BNDES, Petrobras, universidades etc.

Estudos adicionais poderão preencher lacunas importantes no conhecimento do assunto, como a investigação do papel da ação coletiva para o melhor desempenho dos micros, pequenos e médios empreendimentos em realidades específicas. Trabalhos como este e aqueles aqui propostos podem, também, contribuir para a discussão dos descompassos entre as boas intenções dos modernos instrumentos de política de apoio e fomento a esse setor produtivo (entre os quais se destacam a Política Nacional de Resíduos Sólidos e a instituição do Programa Pró-Catador) e o desconcertante volume de recursos que efetivamente chega para a mecanização da atividade do catador e a industrialização do material coletado, elementos-chave para o avanço de suas condições de trabalho e de vida e de suas famílias.

Referências

- ALMEIDA, A. W. B. (Coord.). **Catadores na cidade de Belém**. Belém: Fundação Ford.
- AQUINO, I. F.; CASTILHO JUNIOR, A. B.; PIRES, T. S. L. A organização em rede dos catadores de materiais recicláveis na cadeia produtiva reversa de pós-consumo da região da grande Florianópolis: uma alternativa de agregação de valor. **Gestão e Produção**, v. 16, n. 1, p. 15-24, jan./mar. 2009.
- BOEIRA, S. L.; SILVA, W. C. Capital social e resíduos sólidos: organizações e multissetorialismo em Florianópolis - SC. **CAYAPA: Revista Venezuelana de Economía Social**, Mérida, v. 4, n. 7, p. 25-47, jan./jun. 2004.
- BRASIL. Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006. Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 out. 2006.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Convênio 1421/MDSCF /2004 entre o MDS e a Cáritas Brasileira: coleta seletiva solidária na Esplanada dos Ministérios**. Brasília, DF, [2007a]. 45 slides, color.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores de Materiais Recicláveis. **Ficha de informações das regiões metropolitanas**: Belém. Brasília, DF, [2007b]. Versão não publicada.
- BRITO, K. G. Q.; PEREIRA NETO, J. T.; CEBALLOS, B. S. O. Estimativa dos ganhos socioeconômicos obtidos com a reciclagem e compostagem de lixo de Coimbra-MG: estudo do caso. In: CONGRESSO INTERAMERICANO DE INGENIERIA SANITARIA Y AMBIENTAL, 27., 2000, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABEP), 2000.
- CAMPANI, D.; GRIMBERG, E. ; PIRES, J. K. ; MAGALHAES, T. Programa Nacional Lixo & Cidadania. In: CONGRESO INTERAMERICANO DE RESÍDUOS, 1., 2005, Mérida. **Anais...** São Paulo: Associação Interamericana de Engenharia Sanitária e Ambiental, 2005. Disponível em: <http://www.bvsde.paho.org/bvsaidis/mexico2005/campani2.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2010.
- CUNHA, B. B. **Não está cheirando nada bem: condições e efeitos da territorialidade de excluídos, na condição de catadores de materiais recicláveis, em Belém (PA)**. 2007. 127 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal

do Pará, Belém, 2007.

DAMÁSIO, J. (Coord.). **Análise do custo de geração de postos de trabalho na economia urbana para o segmento dos catadores de materiais recicláveis:** relatório final. Brasília, DF: MDS, 2006. 178 p.

GRIMBERG, E. Coleta seletiva com inclusão dos catadores. In: FÓRUM LIXO E CIDADANIA NA CIDADE DE SÃO PAULO: EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS, 2007, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Instituto Pólis, 2007.

ERBER, F. S. Eficiência coletiva em arranjos produtivos locais industriais: comentando o conceito. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 18, n. 1, p.11-32, 2008.

FREITAS, L. F. S; FONSECA, I. F. **Caderno de diagnóstico:** catadores, Rio de Janeiro: IPEA, 2011. 60 p.

FUNDACIÓN AVINA. **PPP AMERICAS 2010:** Setor de Resíduos Sólidos. Salvador, 12 maio 2010. 18 slides. Color.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa nacional de saneamento básico 2000.** Rio de Janeiro, 2002.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Síntese de indicadores sociais:** uma análise das condições de vida da população brasileira 2009. Rio de Janeiro, 2009.

_____. **Relatório de pesquisa:** pesquisa sobre pagamento por serviços ambientais urbanos para gestão de resíduos sólidos. Brasília, DF, 2010. 66 p.

JACOBI, P. R.; BESEN, G. R. Gestão de resíduos sólidos na Região Metropolitana de São Paulo: avanços e desafios. **São Paulo em Perspectiva**, v. 20, n. 2, p. 90-104, abr./jun. 2006.

LOPES, F. E. P. *et al.* **Saneamento ambiental do complexo de destino final de resíduos sólidos**

no Aurá: município de Belém. [Belém]: Prefeitura Municipal de Belém, [2004]. 18 p. Disponível em: <<http://www.bvsde.paho.org/bvsacd/assem/ae/rsss/sanambrrss.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2010.

MEDINA, M. **The World's Scavengers:** salvaging for sustainable consumption and production: 2007. Lanham, MD: Altamira Press, 2007. 303 p.

MELLO, M. A. A. V. **Diagnóstico socioeconômico do bairro de terra firme, Belém/PA:** relatório. [Salvador]: Fundação Avina, 2008. 79 p.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS (MNCR). **Tecnologia para reforçar a organização.** São Paulo, 2009. 3 p.

PARÁ. Decreto nº 801, de 15 de fevereiro de 2008. Institui a separação de resíduos sólidos recicláveis, na fonte geradora, em todos os órgãos da Administração Estadual. **Diário Oficial [do] Estado do Pará**, Belém, 18 fev. 2008.

PIRES, A. L. M. **A pobreza de capacidades como agravante da pobreza de renda:** um estudo aplicado aos catadores organizados de materiais recicláveis da Região Metropolitana de Belém. 2010. 212 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano) - Universidade da Amazônia, Belém, 2010.

REIS, L. G.; SOUZA, P. R. B., CÂMARA, M.R; ARBEX, M. A. A economia dos custos de transação na análise da coleta seletiva em Londrina: um estudo de caso. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - EnANPAD, 29., 2005, Brasília. In: **Anais....** Brasília: ANPAD, 2005.

ROMANI, A. P. **O poder público municipal e as organizações de catadores.** Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Administração Municipal; Caixa Econômica Federal, 2004. 72 p.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Fascículos da Cultura da Cooperação.** Brasília, DF, 2010. 25 p.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

VIEIRA, A. M. F. **Relatório da visita às cooperativas, associações de catadores e lixão do Aurá: implementação do Decreto nº 5.940**. Belém: Banco da Amazônia, 2007. 4 p.

Notas:

1 Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis.

2 Após a realização da pesquisa, esta entidade passou por um processo de transformação institucional, constituindo-se hoje como Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis da Pedreira (COOCAPE).

3 *Bags* são sacolões com capacidade de pesagem entre 100 kg a 2000 kg, utilizados por catadores para embalar os materiais que recolhem. Os catadores organizados da RMB, usualmente, fazem uso de *big bags* com capacidade até 100 kg.

4 Postos de Entrega Voluntária.